

IV PROJETAR 2009

PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA

FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL

Outubro 2009

EIXO: 4 PROPOSIÇÃO

O TRABALHO PROJETUAL INTEGRADO – TPI - DA UNESP

Claudio Silveira Amaral

Professor Assistente Doutor, Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, CEP 17.033-360, Vargem Limpa, Bauru - São Paulo. E-mail: cs.amaral@faac.unesp.br

Paulo Roberto Masseran

Professor Assistente, Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, CEP 17.033-360, Vargem Limpa, Bauru - São Paulo. E-mail: masseran@faac.unesp.br

Rosio Fernández Baca Salcedo

Professora Assistente Doutora, Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, CEP 17.033-360, Vargem Limpa, Bauru - São Paulo. E-mail: rosiofbs@faac.unesp.br

Renata Cardoso Magagnin

Professora Assistente Doutora, Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, CEP 17.033-360, Vargem Limpa, Bauru - São Paulo. E-mail: magagnin@faac.unesp.br

João Roberto Gomes de Faria

Professor Assistente Doutor, Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, CEP 17.033-360, Vargem Limpa, Bauru - São Paulo. E-mail: joaofari@faac.unesp.br

RESUMO

O curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, têm por singularidade um Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) que centraliza as disciplinas de Projetos no chamado Trabalho Projetual Integrado (TPI). Projetos de Urbanismo, Arquitetura e Paisagismo foram integrados numa única disciplina de *ateliê* de projetos. O TPI se apropriou do *ateliê* e pretendeu ser a *espinha dorsal* do curso. No entanto, a intenção de unificar o curso não ocorreu, unificando apenas as disciplinas internas ao próprio TPI. Para resolver esse problema, não jogando fora aquilo que o TPI tinha de mais interessante (as Integradas) elaborou-se uma nova proposta de lógica para o desenho da grade curricular. Para isto foi criado o Laboratório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (LAUP), um *ateliê* de projetos dependente de todas as disciplinas do Curso. Essa nova lógica deseja garantir uma constante movimentação entre o *ateliê* e as disciplinas de Fundamentação, Meios e Tecnologia. Ao invés de um *ateliê* hierarquicamente superior as demais disciplinas, um *ateliê* dependente destas.

Palavras-chave: projeto, metodologia do projeto, projeto integrado.

RESUMEN

El curso de Arquitectura y Urbanismo de la Facultad de Arquitectura, Artes y Comunicación de la UNESP, tiene por singularidad un Proyecto Político Pedagógico (P.P.P.) que centraliza las disciplinas de Proyectos en el denominado Trabajo Proyectual Integrado (TPI). Proyectos de Urbanismo, Arquitectura y Paisajismo fueron integrados en una única disciplina de taller de proyectos. El TPI se apropió del taller y pretendió ser la espina dorsal del curso. No en tanto, la intención de unir el curso no ocurrió, unió apenas las disciplinas internas del propio TPI. Para solucionar este problema, no eliminando fuera todo aquello que el TPI tenía de más interesante (las Integradas), hoy se elaboró una propuesta lógica para el diseño del proyecto curricular. Para esto, fue creado el Laboratorio de Arquitectura, Urbanismo y Paisajismo (LAUP), un taller de proyectos dependiente de todas las disciplinas del Curso. Esa nueva lógica desea garantizar un constante movimiento entre el taller y las disciplinas de Fundamentos, Medios y Tecnología. Al contrario de un taller jerárquicamente superior a las demás disciplinas, un taller dependiente de estas.

Palabras-llave: proyecto, metodología del proyecto, proyecto integral.

ABSTRACT

The singularity of the Political Pedagogical Project of the Architecture and Urbanism school of the University of Sao Paulo State (UNESP) is the centralization of all disciplines on the so called Integrated Work Project (Trabalho Projetual Integrado - TPI). It's a combination of Architecture, Urbanism and Landscape theory with a laboratory to make architectural projects. The intention of being the center of the Political Pedagogical Project did not happen. It unified only the disciplines inside the TPI leaving the rest out.

The intention of this paper is to show how we treated this issue keeping the original intentions of the TPI modifying only its original relationship with the rest of the disciplines creating the Laboratory of Architecture, Urbanism, and Landscape. Each laboratory is not superior to any discipline but depends of all disciplines of the course.

Keywords: project, project methodology, an integrated project.

INTRODUÇÃO

O Trabalho Projetual Integrado do currículo do Curso de Arquitetura da UNESP será aqui objeto de investigação sob o olhar do ensino-aprendizado da pedagogia da Arquitetura.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP acaba de reformular o seu Projeto Político Pedagógico que tem por ênfase o Laboratório de Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, LAUP, resultado das experiências vivenciadas com o Trabalho Projetual Integrado, TPI.

O presente trabalho pretende organizar e interpretar as críticas produzidas ao longo dos 14 anos de vida do TPI que deram origem ao novo Projeto Político Pedagógico.

HISTÓRIA DO CURSO

A antiga Fundação Educacional de Bauru – FEB foi criada em 1966 como instituição mantenedora e reguladora de cursos de graduação, de ensino superior, nas áreas de exatas, humanas e biológicas. Havia na época, em Bauru, uma movimentação política para a criação de uma grande instituição de ensino superior, chamada de “Universidade das Américas”, cujo projeto arquitetônico houvera sido desenvolvido pelo arquiteto Ícaro de Castro Mello, renomado profissional paulista, também autor de outros importantes projetos na cidade como o “Conjunto Esportivo do Clube Noroeste”, e a sede social e recreativa do “Bauru Tênis Clube”, o BTC. Concebido para ocupar uma vasta área localizada ao longo da Rodovia Com. te João Ribeiro de Barros, o empreendimento jamais saiu do papel.

Após o início da implantação da Fundação Educacional de Bauru, instalada inicialmente num edifício municipal localizado na Vila Falcão, e em pleno funcionamento, a área, então destinada ao naufragado projeto da Universidade das Américas, foi cedida para a implantação definitiva de seu novo Campus, que iniciou as obras de construção das primeiras edificações de laboratórios, salas de aula, departamentos e biblioteca, no começo da década de 1970. A transferência gradativa das instalações ocorreu paralelamente à própria expansão da instituição de ensino, com a criação de novos cursos e sua transformação em universidade em 16/08/1985, denominada “Universidade de Bauru”. Os cursos eram, então, organizados em departamentos de ensino.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Bauru iniciou suas atividades em 1984. Esta Instituição fundamentava a criação de um novo curso superior na própria estrutura, pedagógica e funcional, dos cursos aí existentes, de Artes e Engenharia Civil, ambos criados há muitos anos, desde a antiga FEB. O curso de Arquitetura e Urbanismo teve sua administração vinculada ao Departamento de Artes, sendo, a rigor, uma extensão deste.

Em 1988, após extensas negociações com o Governo do Estado, a Universidade de Bauru foi encampada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Foi criado, então, o Departamento Provisório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, dentro da

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC. O Curso de Arquitetura e Urbanismo obteve seu reconhecimento no ano de 1989.

O acúmulo de funções e a necessidade de se separar as atividades administrativas das didático-pedagógicas no ano de 1990 deu origem ao Conselho de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

O curso, em funcionamento desde 1984, foi concebido nos moldes da reestruturação realizada na década de 1970, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU USP, a principal referência, até então, para o ensino da arquitetura, no Brasil. A estrutura curricular se fundamentava numa formação múltipla do profissional de projeto, apto a atuar nas áreas da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo, e do design. As quatro disciplinas de projeto corriam paralela e concomitantemente, pelos dez semestres de duração mínima da formação regular, às quais se agregavam, independentemente, as disciplinas de teoria e história, de engenharia, de ciências humanas e biológicas, de artes, enfim, a formação do arquiteto congregava a maior parte dos departamentos de ensino de três unidades universitárias – a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, a Faculdade de Engenharia, e a Faculdade de Ciências.

Porém, o funcionamento regular durante os primeiros anos, e após a formação das primeiras turmas, tornou-se evidente a necessidade de transformações. Os principais problemas se constituíam na ampla carga horária do Curso, de pouco mais de 5600 horas/aula, e a fragmentação do ensino de projeto que transcorria independente, nas quatro vertentes, pelos cinco anos de formação.

Nesse quadro, iniciou-se em 1992 um processo de revisão e estudos visando à elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico. Foi formada uma comissão, de professores do Curso, que elaboraram um diagnóstico detalhado das deficiências e necessidades apresentadas naquele momento:

1. Inadequação e redundância de conteúdos programáticos às reais necessidades do Curso;
2. Difícil entrosamento pedagógico, face à pulverização de disciplinas por inúmeros departamentos;
3. Carga horária excessiva, devido à incorporação de disciplinas que inicialmente eram optativas e, posteriormente, passaram a ser obrigatórias;
4. Necessidades de redistribuição de carga horária entre disciplinas de conteúdos prioritários e disciplinas de conteúdos complementares;
5. Ausência de uma série de disciplinas básicas para a formação mínima do profissional de arquitetura, bem como a inadequação de disciplinas oferecidas;
6. Carga horária excessiva dos docentes, impossibilitando, de um lado, seu aperfeiçoamento acadêmico e, de outro, melhor relação na proporção aluno/professor,

o que vem ocasionar uma baixa produtividade em sala de aula;

7. Impossibilidade de viabilização das três coordenadorias complementares propostas (Ensino e Pesquisa, Estágio Supervisionado, e Escritório Modelo de Arquitetura);
8. Inexistência ou inadequação de infra-estrutura acadêmica (biblioteca, oficinas, *ateliers*, equipamentos de apoio, etc.).

Diante desse quadro, foi proposto o novo Projeto Político Pedagógico, aprovado e implantado em 1994, que compreendia a formação do arquiteto fundamentada em quatro bases específicas:

- Área de **Projeto**;
- Área de **Meios de Expressão e Representação**;
- Área de **Fundamentos Teóricos**;
- Área de **Tecnologia**.

Ao mesmo tempo, estabelecia os objetivos anuais do Curso, implicando numa gradação evolutiva de complexidade escalar, do lote urbano para a região:

- | | |
|---------------|--|
| 1º Ano | Nível 1: analisar e conceituar, o sentido de espaço com base na realidade construída, partindo do repertório do aluno.

Nível 2: intervenção na escala lote / rua. |
| 2º Ano | Nível 1: introdução à análise e conceituação da produção do espaço urbano em suas diversas escalas.

Nível 2: intervenção na escala do bairro. |
| 3º Ano | Nível 1: complementação à análise e conceituação da produção do espaço urbano em suas diversas escalas.

Nível 2: intervenção na escala de cidades de pequeno porte, como um todo. |
| 4º Ano | Nível 1: analisar e conceituar a produção do espaço urbano-regional.

Nível 2: intervenção na escala da rede regional de cidades. |
| 5º Ano | Nível 1: amostragem individual do conhecimento e capacitação profissional do aluno. |

A proposta definia, ainda, uma estruturação vertical do Curso baseada num conjunto de disciplinas de projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, denominado “Trabalho Projetual Integrado” (TPI) partindo do princípio da unicidade da ação projetual.

No ano de 1998, ocorreu nova reforma e adequação curricular, com finalidade de atender à Portaria do MEC Nº. 1770/1994, alterada pela Portaria 02/1996 e as “Diretrizes Curriculares” indicadas pela XX Reunião do Conselho Superior da ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura), estando ainda, em vigor. Mas, principalmente, porque a implantação do novo

currículo de 1994 suscitou uma série de problemas: i) ao próprio funcionamento do conjunto de disciplinas projetuais; ii) número de professores; iii) carga horária; iv) à distribuição dos conteúdos nas diversas áreas.

Em Novembro de 1996 foi realizado o I Fórum de Debates do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNESP, reunindo o corpo docente e discente. As conclusões e propostas foram relacionadas no Relatório Final do Fórum, e indicavam:

- Redução da carga horária e redistribuição na grade curricular;
- Implantação de laboratórios;
- Revisão dos conteúdos programáticos das disciplinas;
- Atividades práticas, em algumas disciplinas, complementares às teóricas;
- Revisão das disciplinas de projeto;
- Revisão do Trabalho de Graduação Interdisciplinar – TGI;
- Formação de um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de avaliar e propor nova reformulação curricular.

O I Fórum propôs uma Reformulação Curricular que atendia à Resolução do MEC, além de modificar profundamente a grade curricular do Curso. No entanto, esta reformulação não foi levada adiante em função de uma disputa interna ao departamento. Eleito o novo Conselho de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, no ano de 1998, foram organizadas uma série de reuniões verticais, agrupadas por campos de conhecimento, correspondentes às quatro áreas que estruturavam o currículo vigente – Projeto, Meios de Expressão e Representação, Fundamentos Teóricos e Tecnologia – realizando-se as modificações conforme as demandas exigidas pelo MEC.

Em 1997, foi indicada pelo MEC a redução da carga horária e o acréscimo de uma nova disciplina ao Curso de Arquitetura e Urbanismo. Paralelamente ocorreu uma mobilização dos alunos questionando alguns pontos do Projeto Pedagógico de 1994.

Após inúmeros debates um novo Projeto Pedagógico foi aprovado em 1998. Foi, no entanto, a estrutura básica do currículo aprovado em 1994. A reformulação curricular de 1998 teve por motivador efetivo o atendimento ao Parecer nº. 15/98 – CGC, da Prof^a Dr^a Rosa Maria Bittencourt (avaliadora externa) que sugeria a diminuição da carga horária, além de adequá-lo à Portaria do MEC nº. 1770 (que estabeleceu o currículo mínimo para escolas de arquitetura). Desse modo, nesta reformulação houve a inserção da disciplina anual “Técnicas Retrospectivas” com 06 créditos, e a diminuição do número de créditos das disciplinas de projeto” – Trabalho Projetual Integrado – TPI e do Trabalho de Graduação Interdisciplinar – TGI, que alterou sua denominação para Trabalho Final de Graduação – TFG, além da exclusão de um conjunto de disciplinas “cujo conteúdo programático era factível de ser absorvida por outras disciplinas já existentes ou disciplinas novas a serem propostas ou, por necessidade de

melhor adequar a sua nomenclatura e número de créditos”. Com tais adequações o currículo foi enxugado em 1938 horas/aulas, entretanto, não houve comprometimento de conteúdo curricular. As disciplinas extintas foram: Ergonomia Aplicada à Arquitetura, Matemática, Filosofia I e II, Projeto de Desenho Industrial aplicado à Arquitetura, Projeto de Programação Visual aplicado à Arquitetura, Meios de Expressão III, Computação Gráfica, Linguagem e Percepção Ambiental e Metodologia Científica, e Técnicas de Pesquisa aplicadas à Arquitetura. Os conteúdos programáticos destas disciplinas seriam incorporados pelas disciplinas que permaneceram no currículo. As definições quanto ao perfil do profissional, objetivos do Curso, interdisciplinaridade e seriação mantiveram-se inalterados.

A implantação do novo currículo, a partir de 1998, de algum modo, restabeleceu a tranquilidade por alguns anos. Porém, na medida em que era implantado, também passou a ser objeto de questionamentos freqüentes. Um questionamento que, todavia, é fruto do próprio aprofundamento da experiência didático-pedagógica, de um Curso recente e com problemas a serem equacionados e solucionados.

Ao completar-se o processo de implantação deste currículo enxuto, em 2002, teve início uma nova rodada de debates. Entre os dias 01 e 04 de Outubro de 2002 realizou-se o “II Fórum de Debates do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAAC”. Ainda no mesmo ano, elaborou-se uma pesquisa qualitativa organizada pelo curso de Relações Públicas da FAAC-UNESP no qual foram apontadas questões para serem discutidas durante o Fórum. O evento tratou, através de mesas redondas, de questões ligadas ao funcionamento do Curso, como as disciplinas Optativas, as disciplinas de Projeto, as de Tecnologia, as de Fundamentação Teóricas e do Trabalho Final de Graduação. Concluiu-se com a formação de uma Comissão de alunos e professores para avaliar, durante os anos de 2002 e 2003, o Projeto Pedagógico do Curso, assim como organizar a “III Semana de Arquitetura e Urbanismo”.

A “III Semana de Arquitetura e Urbanismo” foi realizada na última semana do mês de agosto de 2003, e contou com a participação de professores das principais universidades do Estado de São Paulo, e profissionais arquitetos da região. Embora o Projeto Pedagógico não fosse a questão principal abordada e, sim, a “Questão Social na Arquitetura”, verificou-se que os debates e exposições apresentadas perpassaram pelo ensino através das diversas mesas redondas. As mesas foram divididas por temas: O Ensino da Arquitetura e Urbanismo, Teoria da Arquitetura e Urbanismo, Ensino do Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. No último dia do evento realizou-se uma Assembléia Geral, na qual foi apresentado o resultado do trabalho da Comissão resultante do II Fórum:

- **SERIAÇÃO:** Sugeria eliminar a seriação do curso estabelecida na reforma de 1994. As disciplinas voltariam a ser semestrais.
- **MODULAÇÃO:** As disciplinas seriam organizadas por módulos temáticos. Os temas abordados seriam definidos anualmente pelo Conselho de Curso.
- **OPTATIVAS:** As disciplinas optativas poderiam ser oferecidas pelo Departamento de

Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, assim como pelos demais departamentos da FAAC, a fim de suprir as carências de conteúdo.

- TPI: As disciplinas de Projeto não mais seriam a “espinha dorsal” do Curso. Eliminar-se-ia a gradação por escala nas séries, e substituir-se-ia a organização serial, por Módulos.
- TFG: As disciplinas dever-se-iam se estender até o primeiro semestre do quinto ano, concentrando-se o TFG no último semestre.

Os dois eventos ocorridos durante a vigência do atual Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAAC-UNESP, privilegiaram o assunto *interdisciplinaridade*, no Curso.

A interdisciplinaridade entre todas as disciplinas da grade curricular é, hoje, a principal preocupação do Conselho de Curso. Após um longo processo de debates, ocorridos nos Fóruns, nas reuniões do Conselho de Curso, nas reuniões do Conselho Departamental e durante as Semanas da Arquitetura, chegou-se a conclusão de que o atual PPP, apesar de apontar para a dinâmica da interdisciplinaridade, conseguiu aplicá-la apenas para as disciplinas de Projeto.

O princípio teórico que fundamenta tal assertiva parte do entendimento da Arquitetura como uma atividade, inerentemente, multidisciplinar que, agrega e congrega, disciplinas das três áreas do conhecimento – artes, técnica e tecnologia, conforto humano e ciências sociais – participando, indistintamente, do processo interativo de concepção e elaboração projetual, nos campos da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo. Entende-se que o local privilegiado onde estas disciplinas se encontram é no chamado *ateliê* de projetos, quando o aluno tem a possibilidade de vinculá-la e relacioná-la com as demais áreas para propor uma intervenção espacial.

É este o momento em que o aluno cria uma intervenção espacial na escala da edificação, da cidade, da paisagem, quando deve articular o conhecimento estanque das várias disciplinas da grade curricular para a realização de seu projeto.

Portanto, cientes da necessidade de um novo ajuste curricular, que redefinisse os fundamentos de um ensino multidisciplinar para a formação do profissional arquiteto, há muitos acalentados, vividos e realizados, pela comunidade docente e discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAAC-UNESP, foi então, possível elaborar mais uma etapa desse processo de consolidação das bases de um ensino, maduro e consciente.

TRABALHO PROJETUAL INTEGRADO: EIXO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A proposta curricular de 1994, cujo eixo é o TPI, está estruturada em quatro áreas básicas: Projetos, Meios de Expressão e Representação, Fundamentos Teóricos e Tecnológicos.

Entende-se que a área de Projetos seja o eixo principal do Curso, devido a seu caráter propositivo, convergindo para esta os conhecimentos das demais áreas relacionadas.

Esta área, eixo fundamental do Curso, é responsável pela capacitação do aluno à investigação e proposição do espaço, considerando toda a problemática nos diversos níveis pertinentes à Arquitetura. O seu objetivo é a resolução através da criação de espaços em todas as escalas de intervenção através da atividade projetual baseada no instrumental teórico-prático propiciado pelas demais disciplinas das demais áreas, possibilitando deste modo a análise crítica da produção do espaço, situado no contexto histórico, bem como no processo de produção social, viabilizado técnico e economicamente.

O TPI reúne os conhecimentos projetuais de Projeto de Edificação, Urbanismo e Paisagismo. Três áreas de especificidade da Arquitetura tratada tradicionalmente de maneira distinta e fragmentada nas várias instituições Universitárias, mas que apresentam, porém forte identificação nos seus procedimentos metodológicos básicos em projeto.

Pelos motivos expostos acima e no sentido de romper com a natural tendência à particularização e à especialização na organização do conhecimento adquirido (trazida pelo aluno do 2º grau e cursinhos preparatórios para o vestibular), o Trabalho Projetual Integrado pretende introduzir o aluno no universo da Arquitetura de maneira global e sem rodeios. Minimizando as intermediações entre seu conhecimento empírico e o reconhecimento sistematizado do espaço habitado, agilizando-se assim a introdução das variáveis que agem no fazer da Arquitetura. No entanto, mesmo diante de tal compreensão e destes objetivos didáticos, não se pode ignorar que estas três áreas Projetos de Edificação, Urbanismo e Paisagismo guardam um conjunto de variáveis relacionadas especialmente a seus objetos de intervenção que devem ser respeitadas. De onde vem o primeiro desafio proposto para esta disciplina: respeitar as especificidades de cada uma das áreas, valorizando e abrindo os espaços necessários ao aprofundamento dos conceitos inerentes tanto ao Projeto de Edificações quanto ao de Urbanismo ou ao de Paisagismo.

O TPI inova quando, para vencer o desafio do respeito às particularidades inerentes a cada área envolvida no processo, evita utilizar a soma pela sobreposição de disciplinas na composição de uma única disciplina. Isto porque esta sobreposição normalmente termina por provocar uma maior fragmentação das informações transmitidas ao aluno ou, o que é mais grave, a supressão de parcelas significativas do programa previsto para cada uma das disciplinas.

Abandonada a simples soma de disciplinas, tradicionalmente existentes nos currículos de Arquitetura, optou-se pela criação de uma seqüência de disciplinas reunindo de forma orgânica o conhecimento projetual nas três áreas anteriormente referidas.

Propõe-se deste modo, o estudo de um conjunto de elementos diretamente relacionados às áreas de Edificações, do Urbanismo e da Paisagem denominadas Conceituação Metodológica e Exercício Projetual, e por outro, o desenvolvimento de uma proposta de intervenção que contemple as três áreas indistintamente, o próprio TPI. Assim, será possível abordar o objeto de estudo, a Arquitetura, através das três áreas simultaneamente.

A INTERDISCIPLINARIDADE

Toma-se como diretriz básica para a nova proposta a interdisciplinaridade horizontal e vertical. Entendendo por interdisciplinaridade horizontal, a complementaridade dos conteúdos programáticos das disciplinas do mesmo ano (do 1º ao 5º ano), resguardando-se as suas especificidades, podendo viabilizá-la através de temas comuns. A interdisciplinaridade vertical supõe a complementaridade dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

O conteúdo programático do elenco de disciplinas obrigatórias que são abordados no transcorrer do Curso apresenta em sua caracterização anual o desenvolvimento da investigação em dois níveis simultâneos que são:

No primeiro nível, dedicar-se-á à fundamentação conceitual e a investigação teórica prática, completando-se no segundo nível com intervenção nas escalas projetuais propostas, demonstrando os conhecimentos apreendidos.

A caracterização anual tem suas diretrizes de desenvolvimento estruturadas da seguinte forma:

1º ANO	Nível 1	Analisar e conceituar, o sentido de espaço com base na realidade construída, partindo do repertório do aluno.
	Nível 2	Intervenção na escala lote/rua.
2º ANO	Nível 1	Introdução à análise e conceituação da produção do espaço urbano em suas diversas escalas.
	Nível 2	Intervenção na escala do bairro.
3º ANO	Nível 1	Complementação à análise e conceituação da produção do espaço urbano em suas diversas escalas.
	Nível 2	Intervenção na escala de cidades de pequeno porte.
4º ANO	Nível 1	Analisar e conceituar a produção do espaço urbano-regional
	Nível 2	Intervenção na escala da rede regional de cidades.
5º ANO	Nível 1	Amostragem individual do conhecimento e capacitação profissional do aluno.

A LÓGICA INTERNA DO TRABALHO PROJETUAL INTEGRADO

Considerando que:

- O TPI pretende exercer uma centralidade no Projeto Político Pedagógico: *Entendemos a área de Projetos como o eixo principal do curso.*
- O TPI agrega Projetos de Edificações, de Urbanismo e de Paisagismo: *O TPI reúne os conhecimentos projetuais de Projetos de Edificações, Urbanismo e Paisagismo Três áreas de especificidade da Arquitetura tratada tradicionalmente de maneira distinta e fragmentada nas várias Instituições Universitárias, mas que apresentam, porém forte identificação nos seus procedimentos metodológicos básicos em projeto.*

- O TPI se divide em aulas teóricas e práticas: *No primeiro nível, dedicar-se-á à fundamentação conceitual e a investigação teórico-prático, completando-se no segundo nível com a intervenção nas escalas projetuais propostas demonstrando os conhecimentos apreendidos.*

Primeiro a teoria e depois a prática, primeiro a teoria ministrada em aulas isoladas denominadas disciplinas específicas de Edificação, Urbanismo e Paisagismo, e depois, a prática no fazer projetual no ateliê de Projetos. A prática é entendida como aplicação direta da teoria.

- O TPI é uma disciplina hierarquicamente superior as demais: *Entendemos a área de Projetos como o eixo principal do curso, (...), **convergingo para esta** os conhecimentos das demais disciplinas.*

- Existe uma relação de interdisciplinaridade no Projeto Político Pedagógico: *Toma-se como diretriz básica para a nova proposta a interdisciplinaridade horizontal e vertical, (...), entendendo por interdisciplinaridade horizontal, a complementaridade dos conteúdos programáticos das disciplinas do mesmo ano (do 1° ao 5°), resguardando as suas especificidades, podendo-se viabilizá-la através de temas comuns. A interdisciplinaridade vertical supõe a complementaridade dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.*

Além da interdisciplinaridade entre o TPI e com as demais disciplinas existe uma interdisciplinaridade interna ao próprio TPI entre projetos de Edificações, Urbanismo e Paisagismo.

Conclui-se que a lógica que rege o TPI neste Projeto Político Pedagógico, é concêntrica e linear simultaneamente. Concêntrica devido a submissão de todas as disciplinas ao TPI, e linear no desenvolvimento vertical dos vários TPI's ao longo dos anos baseados na idéia de quanto maior a escala de intervenção maior será a sua complexidade: *A caracterização anual terá suas diretrizes básicas de desenvolvimento estruturada da seguinte maneira: 1° ano: Intervenção na escala lote/rua. 2° ano: Intervenção na escala do bairro. 3° ano Intervenção na escala de cidades de pequeno porte. 4° ano Intervenção na escala da rede regional de cidades.*

Se fôssemos representar essa lógica nas series através de um desenho este seria composto por um círculo central representado pelo TPI (composto por um ateliê de Projetos e três disciplinas teóricas, Edificação, Urbanismo e Paisagismo), circundadas pelas demais disciplinas direcionadas para este centro. Se fossemos desenhar essa lógica ao longo do Curso faríamos um centro que caminha de forma linear do 1° ao 4° ano circundado pelas disciplinas das series que também crescem linearmente através de seus conteúdos direcionadas para estes centros, os TPI's.

O SURGIMENTO DE UMA NOVA LÓGICA

Durante os 14 anos de existência do Trabalho Projetual Integrado houve momentos em que o Curso parou para re-pensá-lo. Um dos problemas identificados foi a falta de Recursos Humanos ao bom funcionamento do TPI, como por exemplo, os Coordenadores de Séries que deveriam zelar para que a relação entre o TPI e as disciplinas se desse através de temas

comuns. A falta deste diálogo fez com que o Curso se tornasse um amontoado de disciplinas autônomas sem relação umas com as outras e o mais grave, sem relação com o TPI o que inviabilizou a proposta de centralidade desejada originalmente.

No entanto, apesar das críticas, o Curso, expresso pelas opiniões expostas durante as discussões ocorridas durante esses 14 anos de existência do TPI, ainda desejava construir uma centralidade para a área de projetos, o que deu origem a uma nova concepção de centralidade. Esta nova concepção não seria hierárquica como a do TPI, mas uma centralidade resultante e não sobreposta as disciplinas do Curso. O ateliê seria o local da síntese entre todas as disciplinas e não a disciplina mais importante do Curso.

A lógica do TPI foi invertida para que o *ateliê* de Projetos assumisse a condição de centro, de unidade, de razão.

O Curso de Arquitetura da FAAC manteve a *alma* do Projeto Pedagógico anterior direcionada a área de projetos, atribuindo a atividade do ateliê esta missão.

O TPI passou a se denominar Laboratório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, LAUP, e se restringiu a atividade de *ateliê* separando as demais disciplinas teóricas a ela vinculadas (as específicas de Edificação, Urbanismo e Paisagismo), para compor o rol das disciplinas autônomas do Curso. Esse desmembramento permitiu que todas as disciplinas do Curso, e não apenas as específicas interna a estrutura do TPI, fizesse parte do processo de síntese no ateliê.

A nova lógica entendeu por centralidade da área de projetos a lógica da dialética composta por disciplinas contraditórias, que não precisam conversar entre si, pois a operação de síntese se dá pelos choques e contradições e não por suas afinidades.

Se fossemos representar essa lógica para as séries por um desenho este seria um círculo central expresso pelo ateliê de projetos de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo resultado do choque entre os outros círculos representados pelas demais disciplinas da série. Se fossemos representar esse desenho para o Curso como um todo, teríamos um círculo central representando o ateliê de projetos resultado da interconexão do choque entre as áreas de Projeto, Teoria, Meios de Expressão, Tecnologia conforme a Figura 1.

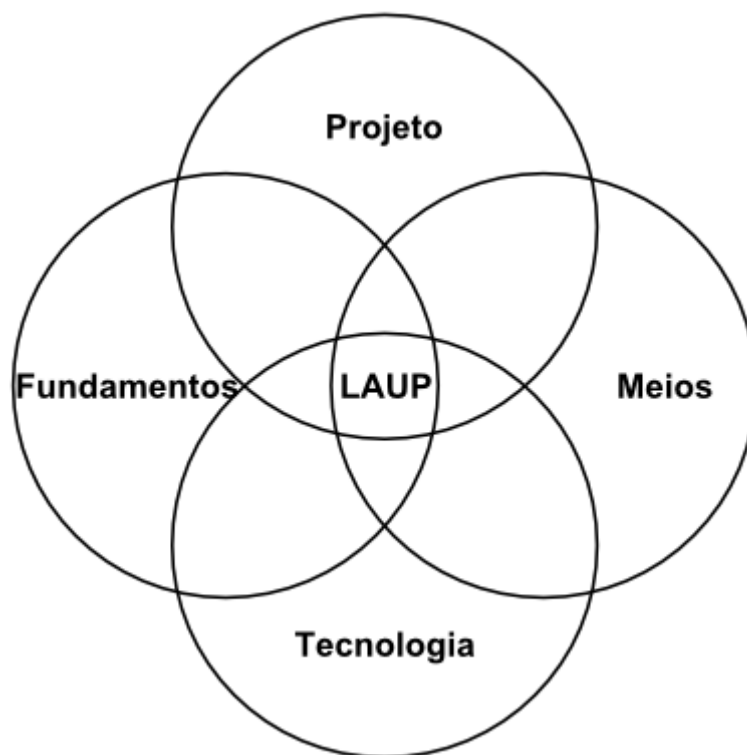


Figura 1. Dinâmica da Grade Curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNESP.

O novo Projeto Político Pedagógico utilizou uma concepção de lógica cuja unidade ocorre no espaço do ateliê de projetos, resultado da síntese dialética de todas as disciplinas do Curso. Mas quem realiza este movimento de síntese não é a estrutura do Curso em abstrato, mas o aluno durante o seu fazer projetual no ateliê. O aluno buscará as informações necessárias para realizar a sua proposição espacial nos conteúdos das disciplinas isoladas do Curso. O choque entre uma quantidade de disciplinas isoladas resulta na sua superação expressa na proposição final do aluno. Assim, as disciplinas isoladas não precisam conversar entre si, elas podem manter as suas individualidades, pois só terão o sentido de uma unidade quando agrupadas pela imaginação do aluno na forma de uma proposta final para o exercício projetual.

O novo Projeto Político Pedagógico, diferente do anterior que separou o ensino da pesquisa: *o conjunto de disciplinas da presente proposta curricular apresenta-se em dois grupos. O primeiro composto pelo elenco de disciplinas obrigatórias. Já o segundo grupo compreende as disciplinas optativas a serem oferecidas no quarto e quinto anos. O primeiro grupo é considerado o conjunto de conhecimentos básicos necessários à formação profissional. O segundo grupo, as disciplinas optativas, terá o caráter de atualização, vinculados às linhas de pesquisa do Departamento; associa o ensino à pesquisa o que atribui personalidade própria a cada LAUP. Isto ocorre na medida em que as várias tendências teóricas representadas pelas pesquisas dos docentes orientadores do LAUP exercem as suas influências durante os atendimentos no ateliê. Desta forma haverá professores cuja tendência teórica é, por exemplo, a problemática da Sustentabilidade; outros as questões Urbanas, outros, as questões da Paisagem, outros as questões da poética da arquitetura. Serão estas tendências teóricas que*

darão o *tempero* a cada LAUP e estas tendências participarão do *caldo* de conhecimentos que sofrerão o processo de síntese realizado pelo aluno durante o seu ato criativo.

CONCLUSÃO:

A transformação do Trabalho Projetual Integrado (TPI) em Laboratório de Arquitetura Urbanismo e Paisagismo (LAUP) ratificou a intenção do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAAC-UNESP pelo ensino do Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo como objetivo principal do Curso. O *ateliê* de Projetos é o centro do Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) do Curso. As transformações ocorridas na lógica do Projeto Político Pedagógico de 1994 foram para aperfeiçoar o TPI e não destruí-lo.

A nova proposta do P.P.P. deste ano de 2009 transformou o TPI em LAUP, entretanto, este ainda não foi implantado, encontra-se em fase de análise e aprovação pelos órgãos colegiados da Universidade. O objetivo de sua exposição é contribuir para a troca de experiências referentes as práticas pedagógicas das áreas de projeto presente nos Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos de Arquitetura e Urbanismo do país.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M.S. O desenho do arquiteto. São Paulo: Mestrado FAU USP, 1984.

DESCARTES, R. Discurso de método. São Paulo: Nova cultural, Os pensadores, 1999.

GILBERT, H. The synthetic vision of Walter Gropius. Johannesburg: Witwaterand University Press, 1959.

GOUVEIA, A P.S. Os croquis do arquiteto e o ensino do desenho. São Paulo: Tese FAU USP, 1998.

HERKENHOFF, H.L. Ensino de projeto arquitetônico: caracterização e análise de um suposto modelo segundo alguns procedimentos didáticos. São Paulo: Mestrado FAU USP, 1997.

LE-DUC-VIOLLET. Discourse on architecture. Boston: Allen &Unwin Ltd. 1959, V. I.

LEFEVRE, R.B. Um acampamento de obra: uma utopia. São Paulo: mestrado Fau Usp, 1981.

MERLIN. Ensino e pratica do projeto. São Paulo: Tese FAU USP, 2004.

MILLAN, C. Relatório do grupo do Ateliê. São Paulo: Serviço de Documentação, Setor de Publicação FAU USP, 1962.

ORTEGA, R. A O projeto e o desenho no olhar do arquiteto. São Paulo: Mestrado FAU USP, 2000.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP de 1994.

PUNTONI, G.V. O ensino de desenho: um treinamento da habilidade de fazer desenhos. São Paulo: Mestrado FAU USP, 1992.

TOSCANO, J. Arquitetura experiência de um percurso. São Paulo: Mestrado FAU USP, 1989.

VIEIRA, J. O desenho e o projeto são a mesma coisa? Porto: Marca Artes Gráficas, 1995.

WILSON, R.S.J. O Currículo Mínimo no ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: 1969 – 1994. São Paulo: Tese FAU USP, 2001.

Figura 1. Dinâmica da Grade Curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNESP.
Organização: Amaral, C.S., 2008.